Bolsas
Na quarta-feira
1,58% São Paulo
0,33% Nova York

Pontuação B3
IBovespa nos últimos dias
167.538 — 166.684
19/11 23/11 24/11 25/11

Na quarta-feira
R$ 5,816
(-1,59%)

Dólar

	Últimos
17/novembro	5,782
18/novembro	5,866
19/novembro	5,934
23/novembro	5,926
24/novembro	5,910

Salário mínimo
R$ 1.621

Euro
Comercial, venda na quarta-feira
R$ 6,386

CDI
Ao ano
13,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
13,68%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Junho/2026	0,16
Julho/2026	0,07
Agosto/2026	-0,32
Setembro/2026	0,82
Outubro/2026	0,14

COMÉRCIO EXTERIOR

Brasil se diz indignado com nova tarifa

Após ameaça dos EUA de taxar aviões e açúcar, governo afirma, em nota, que Washington pressiona para interferir no Pix

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» RENATO SOUZA

Tom Williams/AFP



O escritório de comércio recomendou uma modificação da sobretaxa de 25% aplicada desde julho, que deixou a brasileira Embraer de fora

O governo brasileiro reagiu, ontem, a uma declaração dos Estados Unidos com a ameaça de impor tarifas adicionais a aviões e ao açúcar produzidos no Brasil. Em nota, divulgada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, o governo declarou que recebeu a decisão com "indignação". A possibilidade de nova taxação foi divulgada pelo embaixador Jamieson Greer, representante do Escritório de Comércio dos Estados Unidos (USTR).

Greer defendeu novas tarifas a produtos importados do Brasil em relatório publicado ontem. O governo de Donald Trump pretende abrir uma consulta pública sobre a possibilidade de aumento de tributação sob argumentos de que, para os EUA, o Brasil não estaria disposto a negociar premissas estabelecidas na Seção 301, que coloca o país governado por Luiz Inácio Lula da Silva como adepto a práticas consideradas nocivas ao funcionamento do livre-mercado.

O embaixador Jamieson Greer declarou que, sob essa perspectiva, aeronaves produzidas no Brasil e exportadas aos EUA deveriam ser tarifadas com 10%. Atualmente, a transação desse produto ocorre com zero de sobretaxa. Além disso, segundo os argumentos levantados pelo embaixador, os Estados Unidos deveriam discutir maiores taxações à compra de açúcar do Brasil.

"A imposição de uma tarifa adicional e específica sobre as importações de açúcar do Brasil e uma tarifa adicional de 10% sobre as exportações de aeronaves acabadas do Brasil visa ajudar a levar o Brasil à mesa de negociações. Em consonância com a Seção 301 da legislação, também proponho aumentar a tarifa sobre as importações de açúcar fora da cota de forma não discriminatória para evitar um aumento repentino das importações de açúcar de outros países, cujo mercado o Brasil poderia suprir", destaca um trecho do relatório.

Ameaça

Em nota, a Secom se posicionou sumariamente contra qualquer nova taxa. "O governo brasileiro expressa indignação com a decisão do Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos de recomendar a imposição de novas tarifas para a importação de aeronaves e açúcar", diz a nota.

O governo Lula informou que o Brasil vem negociando há mais de um ano, de "boa-fé", a situação das taxas e lembrou que no dia 21 de agosto, os presidentes Lula e Donald Trump se falaram por telefone e acertaram constituir um grupo de trabalho entre os dois países sobre temas comerciais. Também declarou que não vai promover alterações no Pix e chamou o relatório de ameaça. "Fica evidente que a nova recomendação é feita como o objetivo de pressionar o governo para que haja alterações em medidas regulatórias nacionais relacionadas ao sistema de pagamentos Pix, comércio digital, acordos preferenciais, dentre outros, como consta do anúncio de hoje. A decisão unilateral do USTR constitui uma ação inaceitável dentro do processo negociador bilateral em curso. O Brasil não cederá a esse tipo de ameaça", acrescentou o governo.

As autoridades nacionais pretendem manter o questionamento à política tarifária dos Estados Unidos na Organização Mundial do Comércio (OMC). "O Brasil seguirá buscando uma saída negociada, sem prejuízo de ações no âmbito da OMC e sem descartar a possibilidade de adoção de medidas de reciprocidade frente à aplicação ilegal e injusta de tarifas contra produtos brasileiros", completa o texto.

Caem ações da Embraer

» PEDRO JOSÉ BORGES

As ações da Embraer registraram queda, ontem, após o governo dos Estados Unidos propor a aplicação de uma tarifa de 10% sobre aeronaves prontas fabricadas no Brasil. Os papéis da fabricante brasileira chegaram à mínima de R$ 97,82, por volta das 10h25, com recuo superior a 9%. No fim da sessão, houve recuperação e a queda no dia foi de 4%, valendo R$ 103,20.

O anúncio ocorreu um dia depois de o Barclays iniciar a cobertura dos papéis com recomendação overweight (equivalente a compra).

A recomendação foi apresentada pelo escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) como uma modificação da sobretaxa de 25% aplicada desde julho a parte dos produtos brasileiros, que deixou as aeronaves de fora.

Em posicionamento oficial, a Embraer afirmou que está analisando o relatório divulgado pelo governo dos Estados Unidos. A empresa destacou que o documento trata da possibilidade de uma nova tarifa de 10% sobre a importação de aeronaves acabadas brasileiras e ressaltou que, atualmente, seus produtos exportados para o mercado norte-americano não são tarifados.

"A empresa continua acreditando e defendendo firmemente a manutenção do regime de tarifa zero para a indústria aeroespacial global, vigente desde a década de 1980", informou a companhia.

A fabricante também destacou sua presença nos Estados Unidos, onde mantém investimentos há mais de 45 anos. Segundo a empresa, são US$ 3,5 bilhões em ativos.

SISTEMA FINANCEIRO

Novas regras para conter endividamento das famílias

Reprodução/Invest News



Uma das medidas prevê a redução do limite do rotativo quando o cliente usar com frequencia o rotativo

O Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central aprovaram, ontem, novas regras para conter o endividamento da família. Entre as medidas adotadas, está a redução do limite dos clientes que recorreram de forma frequente ao crédito rotativo.

De acordo com o que foi estabelecido, a limitação será imposta quando o cliente deixar de pagar três ou mais faturas, em meses diferentes, dentro de um período de seis meses, e financiar parte dos valores pelo rotativo.

No entanto, o consumidor deverá ser avisado antes da aplicação da medida. O objetivo é evitar o endividamento excessivo. Os clientes afetados sairão da limitação quando pagarem seis faturas seguidas, em dia, ou sanar toda a dívida com o rotativo do cartão. As novas regras entram em vigor em 1º de julho de 2027.

Outra alteração diz respeito à contratação de operações de crédito, que deverá ocorrer somente por ambiente seguro, como aplicativo do banco, internet banking ou por atendimento presencial nas agências. No entanto, ainda poderão ocorrer ofertas e negociações por meio de aplicativos de mensagens, telefone e outros meios.

Venda de dívidas

As novas regras também garantem a proteção dos consumidores quando empréstimos e financiamentos forem transferidos para fundos de investimento, securitizadoras (empresas que convertem dívidas em outros papéis) ou outros compradores fora do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

A venda da dívida não poderá reduzir os direitos do cliente. A instituição que concedeu originalmente o crédito continuará responsável pelo atendimento e, em última instância, pela prestação de informações sobre o saldo devedor e pagamentos realizados; juros e demais encargos; antecipação da quitação; portabilidade e quitação da dívida. Também haverá regras para estabelecer prazo mínimo antes da transferência do crédito e exigir que a instituição vendedora mantenha parte da exposição ao risco.

Transparência

Os bancos deverão aprimorar os mecanismos de avaliação de risco, considerando o nível de endividamento e a capacidade de pagamento de pessoas físicas e jurídicas durante todo o ciclo do crédito.

Outra proposta, que será submetida à consulta pública, prevê a padronização do Comprometimento Financeiro Individual (CFI). O indicador mede quanto da capacidade mensal de pagamento de uma pessoa está comprometido com dívidas e outras obrigações financeiras.

A iniciativa busca uniformizar os cálculos entre instituições e facilitar a identificação de consumidores em situação de vulnerabilidade.

Também será discutida a ampliação da transparência, com divulgação de informações sobre critérios de gerenciamento de riscos e distribuição das operações de crédito conforme o comprometimento financeiro dos clientes.

O pacote ainda amplia as exigências para instituições que investem em operações de securitização, incluindo Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs). Essas instituições deverão conhecer os ativos que dão origem aos créditos como se estivessem registrados em seus próprios balanços. Quem não cumprir os requisitos ficará sujeito a exigências de capital mais rigorosas, que poderão incluir a dedução do valor do ativo do capital regulatório. (**RS, com Agência Brasil**)